

Sarney avoca as conseqüências

24 JUL 1986

por Mário de Almeida
de Brasília

O presidente José Sarney afastou-se dramaticamente dos partidos e das lideranças políticas ao chamar para sua biografia todas as conseqüências — quaisquer que sejam — das medidas que decidiu implantar durante o recesso parlamentar. O argumento bem costurado que entregou a seus fiscais ontem à noite estava armado desde o dia 13 de julho, o domingo seguinte à sua visita-relâmpago ao papa João Paulo II. Seria uma peça de quinze minutos, dedicada a pintar o futuro do Brasil com o seu programa de investimentos. A tensão política dos últimos dez dias impôs mais oito minutos ao pronunciamento técnico escrito no silêncio do sítio de Pericumã.

O acréscimo menos notado foi no preâmbulo, quatro tenso minutos em que o presidente da República hesitou por duas vezes diante do repetidor de caracteres para dizer que o momento exige decisões graves e que ele está pron-

to a tomá-las. Não houve tempo para uma regravação desse trecho, pois a equipe da TV Nacional ainda estava no Palácio do Planalto às 19 horas e o vídeo ainda tinha de ser revisado pelos assessores antes de subir à rede da Embatel. O presidente não tuteou, porém, ao citar verso de Fernando Pessoa, que escolheu originalmente para ancorar todo o discurso: "Se queres ousar, ousa".

Mais suculento foi o trecho final que nasceu de dupla e portentosa irritação: a do ministro da Fazenda, Dilson Funaro, que não gostou de ter lido em vários jornais, já a partir de domingo passado, alguns bocados suculentos do Plano de Metas e do sistema de empréstimo compulsório que enviara ao Planalto para análises política e jurídica; e também uma santa crise de ira do presidente, depois que o comandante do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, lhe transmitiu por duas vezes na terça-feira, por telefone, seu desencanto com as idéias que lhe chegavam ao

GAZETA MERCANTIL

conhecimento pelos jornais.

Desde março passado, quando pela primeira vez fora interpelado pelo alarmado presidente do PMDB, a respeito da extinção pura e simples da correção monetária, Sarney descobriu o gosto de uma espécie de democracia direta, praticada através de grandes e ousados gestos comunicados pela televisão.

Deu certo uma vez e ele decidiu provar novamente a receita: "Seja presidente", conclamou enfático, confiante, este antigo devoto da política parlamentar. Entre

(Continua na página 18)

Com esta
edição circula
o Relatório
O computador
pessoal

Sarney avoca as...

por Mário de Almeida
de Brasília
(Continuação da 1ª página)

ele e o povo já não existem partidos ou a clássica intermediação brasileira dos governadores — sobretudo daqueles mais poderosos, como os de Minas, Rio e São Paulo.

Pode ser que a mensagem pessoal e intransferível do presidente empossado dezesesseis meses atrás, num ambiente de piedade, tenha vida breve. Se as eleições para a Constituinte lhe oferecerem uma sólida bancada no Congresso, é fácil supor que os políticos novamente irão lubrificar os vasos de comunicação entre o poder e os contribuintes.

No entanto, se o modelo "ponha-se no meu lugar" for duradouro, cujos exemplos mais recentes são o general De Gaulle quando subiu ao poder pela segunda vez, em 1958, quando a França estava dilacerada pela derrota na Indochina e pela guerra da Argélia, ou então o general Perón quando imobilizava multidões com seus discursos nacionalistas pronunciados do balcão da Casa Rosada no início da década de 50.

Sarney teve uma pincelada de grandeza gaulliana quando lembrou as responsabilidades da atual geração para com o futuro da Pátria. E recordou Perón quando se deteve para enfatizar que os motoristas de táxi estão isentos do compulsório sobre combustíveis. Se o País continuar sem partidos e o governo apoiado no amplo acordo de classe que resiste desde a campanha por eleições diretas, Sarney tenderá a aproximar-se inexoravelmente de um desses modelos. É bom torcer para que vença o melhor.